

Energia e geopolítica

Hoyêdo Nunes Lins^()*

O fim da ordem mundial bipolar que prevaleceu desde os anos 50 fez alguns observadores considerarem que, quase ao apagar das luzes do século XX, adentrava-se período de prolongada e promissora distensão nas relações internacionais. Em século que presenciara duas guerras mundiais e abrigara corrida armamentista de um enorme poder letal, os ventos que sopravam estariam a anunciar uma nova aurora, segundo alguns espíritos mais otimistas. A reunificação alemã e a extinção do Pacto de Varsóvia, manifestações de primeira grandeza das mudanças em curso, causaram forte impressão sobretudo na Europa, o principal teatro dos mencionados conflitos e das flexões musculares enfeixadas na Guerra Fria.

Todavia, o turbilhão do Leste Europeu não havia ainda arrefecido quando, no umbral dos anos 90, uma nova guerra sacudiu o planeta, tendo como cenário o Golfo Pérsico. A idéia que perpassa os parágrafos a seguir é que esse conflito introduziu definitivamente nas relações internacionais uma característica que deverá se revelar central nos embates do século XXI: a avassaladora presença da questão energética, em primeiro lugar no que concerne ao petróleo, no essencial das hostilidades.

“Não troquem sangue por óleo...”

No início da década de 90, uma aliança militar multinacional tendo à frente os Estados Unidos travou com o Iraque uma guerra que, desencadeada após a invasão e a anexação do Kuwait pelo segundo, produziu em pouco mais de um mês dezenas de milhares de mortos e incêndios em poços de petróleo – provocados, conforme divulgado, por ordem do chefe de Estado iraquiano – que repercutiram até ambientalmente. Para além da inédita qualidade de “guerra-videogame”, ligada aos aspectos de acompanhamento em tempo real pelos aparelhos de TV no mundo todo e de elevada precisão dos ataques da coalização (um caráter, aliás, dito cirúrgico, incansavelmente louvado pela mídia ocidental e atribuído à excelência da tecnologia bélica estadunidense), o episódio não deixou dúvidas sobre a principal motivação das iniciativas: ampliar o controle sobre reservas de petróleo, a mais importante fonte de energia da gigantesca engrenagem produtiva mundial.

Desde pelo menos os anos 70, a comunidade internacional tinha muitas razões para temer solavancos nos setores de extração e refino de petróleo. A crise energética surgida no início daquela década na esteira do conflito árabe-israelense representara

^(*) Professor de Economia na UFSC. E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

um ônus tremendo. Assim, mostrava-se intolerável, anos mais tarde, a perspectiva de controle sobre parcela substancial das reservas petrolíferas existentes por uma liderança regional claramente agressiva e hostil aos interesses ocidentais. A inquietação não era fortuita, pois o Oriente Médio concentra a maior parte das reservas comprovadas de petróleo: quase 62% do total mundial em 2004, uma proeminência energética que não só é histórica – tendo crescido marcadamente entre as décadas de 80 e 90 –, mas que abrange também (embora de maneira menos acentuada) o gás, segmento cuja expansão recente mostrou-se vigorosa (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das reservas comprovadas de petróleo e gás no final de 2004 e participações regionais em 1984, 1994 e 2004

Região		Oriente Médio	Europa/Eurásia	África	América Cent. Sul	Amér. do Norte	Ásia/Pacífico	Total
Petróleo (bilhões de barris)		733,9	139,2	112,2	101,2	61,0	41,1	1.188,6
Gás (trilhões de m ³)		72,8	64,0	14,1	7,1	7,3	14,2	179,5
Petróleo (%)	1984	56,6	12,7	7,6	4,8	13,4	5,0	100
	1994	65,0	7,9	6,4	8,0	8,8	3,8	100
	2004	61,7	11,7	9,4	8,5	5,1	3,5	100
Gás (%)	1984	28,4	43,6	6,4	3,4	10,9	7,3	100
	1994	31,9	44,7	6,4	4,1	5,9	7,0	100
	2004	40,6	35,7	7,8	4,0	4,1	7,9	100

Fonte: Statistical...(2005)

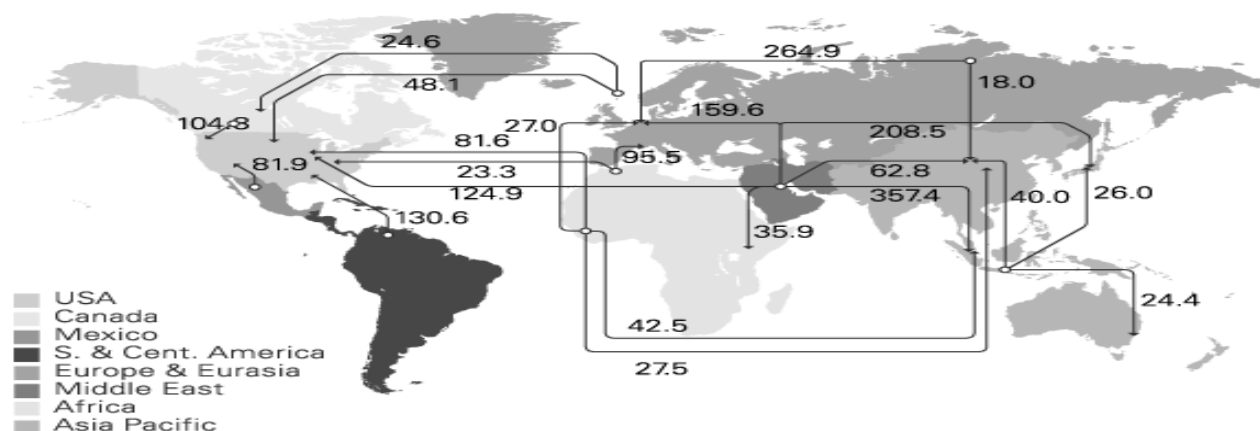
O papel do petróleo naquela guerra não passou despercebido nos numerosos movimentos de contestação organizados em diferentes países. Faixas de protesto ostentadas em passeatas nas principais capitais do Ocidente eram suficientemente claras sobre como se interpretavam os aspectos subjacentes ao conflito. Entre as principais palavras de ordem constavam manifestações do tipo “não troquem sangue por óleo”, ou variações em torno disso. Numa palavra, energia, guerra e geopolítica haviam se tornado temas profundamente – e, ao que parece, irremediavelmente – interligados. Tudo leva a crer que essa vinculação vem ganhando em intensidade e que, pelo menos nas primeiras décadas do século que desabrocha, o futuro registrará uma geografia das ações bélicas e das asperezas diplomáticas significativamente definida pelas disputas envolvendo as fontes energéticas (Klare, 2001).

Uma urdidura mundial de vínculos

A energia deverá figurar mais do que nunca no centro das disputas internacionais porque a dependência do aparelho produtivo mundial em relação a recursos como petróleo e gás só fez crescer recentemente. Isso espelha tanto o aumento das compras internacionais de países com tradição em consumo elevado

quanto a forte expansão das importações de outros países, como China e Índia, que passaram a contar destacadamente na economia política dos combustíveis não renováveis. Assegurar as condições de fornecimento tornou-se, assim, um imperativo, e a densidade da trama de fluxos mundiais de comércio implicando ambos os recursos – figura 1 para petróleo e figura 2 para gás – fornece uma idéia sobre o caráter estratégico incrustado no controle sobre as fontes e as estruturas de distribuição.

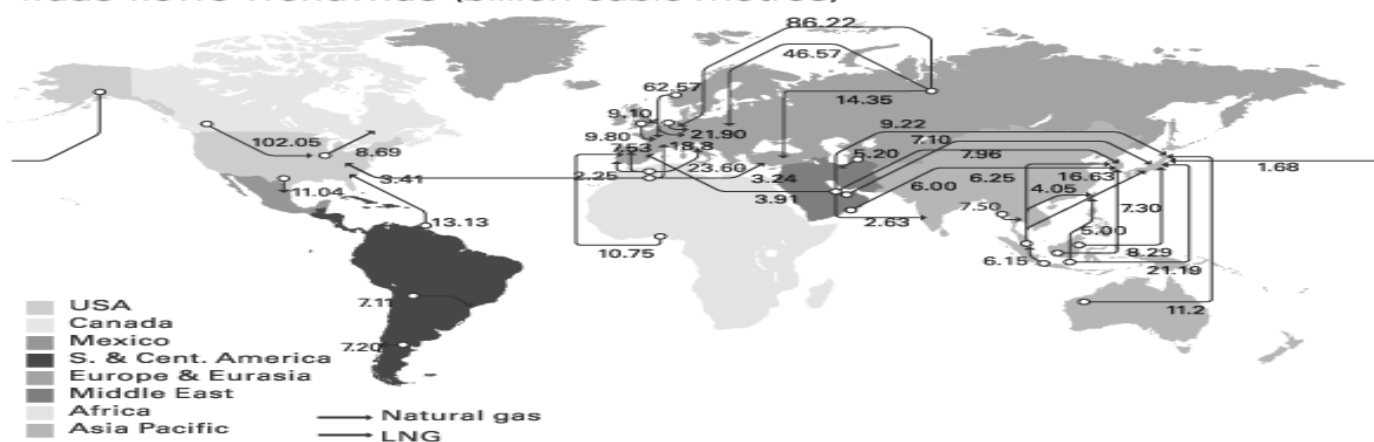
Trade flows worldwide (million tonnes)



Fonte: Statistical ... (2005)

Figura 1 – Geografia do comércio mundial de petróleo em 2004

Trade flows worldwide (billion cubic metres)



Fonte: Statistical ... (2005)

Figura 2 – Geografia do comércio mundial de gás em 2004

Merece especial realce o papel de foco de convergência mundial representado pelos Estados Unidos em relação ao petróleo, em sintonia com a condição estadunidense de – largamente à frente dos demais – maior consumidor do planeta. Note-se que os Estados Unidos sobressaem também na produção desse recurso

energético. Em escala de América do Norte, as relações internacionais desse país envolvendo energia dizem respeito sobretudo ao México, que lhe fornece petróleo e do qual compra gás (LNG, quer dizer, gás natural liquefeito), segmento em que os Estados Unidos igualmente despontam por abrigarem importantes reservas (figurando entre as seis maiores conhecidas no mundo). Esses vínculos permitem referir, conforme destacado pelo próprio governo estadunidense (Larson, 2004), a uma considerável cooperação energética em nível subcontinental, abarcando, do mesmo modo, o Canadá. Na trama de fluxos mundiais, cabe ainda sublinhar as funções desempenhadas pela Rússia e pelo Golfo Pérsico (incluindo o Irã, ao Norte) no fornecimento de gás (natural e LNG) à Europa e ao Extremo Oriente, respectivamente.

A energia no vértice da geopolítica mundial

A referida expansão no consumo e no comércio internacional refletiu e impulsionou, simultaneamente, a utilização das reservas já conhecidas e a descoberta e exploração de novas fontes. Grande parte do manancial situa-se em regiões do planeta que apresentam relações conflituosas de voltagens variadas – mas sempre inquietantes e, em alguns casos, até alarmantes – e abrigam projetos e estratégias geopolíticas nacionais que chamam a atenção.

Em termos de conflitos, o Oriente Médio constitui o exemplo mais evidente, com as turbulências e incertezas que não dão trégua nas nações do Golfo Pérsico. A Arábia Saudita, com cerca de $\frac{1}{4}$ das reservas mundiais de petróleo comprovadas, ocupa uma evidente posição de proa, notadamente devido à instabilidade do seu regime monárquico. Todavia, também o óbvio Iraque e o Kuwait, entre outros, devem ser olhados com apreensão, para não falar de um dos países que mais têm ocupado as manchetes recentemente, o Irã, ao qual se retornará neste artigo.

No tocante às estratégias geopolíticas, deve-se assinalar principalmente o protagonismo da Rússia, que vem mostrando uma especial desenvoltura não só em termos de reposicionamento no mercado mundial de petróleo – a partir do desenvolvimento, com grandes investimentos em tecnologia, de grupos privados como Lukoil e Yukos, e, no tocante aos dutos, da governamental Transneft –, mas também com respeito ao gás natural. Esse país detém cerca de $\frac{1}{3}$ das reservas mundiais de gás conhecidas, numa nítida liderança planetária, e tem destinado pouco menos de $\frac{2}{3}$ das suas correspondentes exportações à Europa. Seja em petróleo ou em gás, uma importante estratégia russa parece envolver a “fidelização” das clientelas europeia (sobretudo na Europa Central, mas também países como Alemanha, França, Itália e Espanha) e extremo-asiática (China, Coreia do Sul e Japão), uma situação que deve se fortalecer com a emergência da bacia do Mar Cáspio como área produtora. Países como Azerbaijão, Kasaquistão (ambos com petróleo) e Turcomenistão

(envolvendo gás) galgam posições nessa geografia, da qual ainda fazem parte países do Cáucaso, como Geórgia e Armênia, na condição de corredores para os imprescindíveis dutos. Tudo isso outorgaria à Rússia os benefícios vinculados à sua posição macro-regional em tecnologia, infraestrutura e logística, como se observa pelo seu forte envolvimento na instalação de novos caminhos para o transporte de petróleo e gás sobre um imenso território que abrange rotas quase polares e o Leste da Sibéria, em direção à China (Kandiyoti, 2005).

Não surpreende, assim, o crescente envolvimento dos Estados Unidos na Ásia Central, sobretudo por meio da instalação de gasodutos que possibilitem abastecer mercados ocidentais sem a necessidade de passar em território russo. Não é difícil imaginar o quanto ações desse tipo representam de tensão nas relações diplomáticas – cada vez mais influenciadas pelas políticas de energia nacionais –, um quadro que estaria passando a caracterizar também as relações dos Estados Unidos com a China, a qual, despontando inegavelmente em termos de consumo por conta do seu vigor econômico no período atual, tem alinhavado negociações sobre fornecimento e extração de recursos energéticos com a América Latina (Cuba) e com a África (Sudão), como assinala Antunes (2006).

Aparentemente menos eivados de carga geopolítica de influência global, embora não raramente permeados por situações de conflitos, são os movimentos ascendentes no mapa energético mundial em áreas da África e da América do Sul. Sobre a segunda se falará posteriormente, mas sobre a África cabe salientar, entre outros aspectos, a representatividade de Nigéria e Angola como fornecedores internacionais, principalmente (mas não só) de petróleo – vendendo para Estados Unidos e para a Ásia Oriental –, e a importância desse recurso também para Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo, Chade e Camarões. Como se indicou, vários desses países vivenciam conflitos (internos ou não) de intensidade variável e mais ou menos explícitos – basta referir à guerra civil em Darfur, no Sudão –, e isso faz pensar sobre as suas reais possibilidades de afirmação no rol dos produtores mundiais (para além de experiências como a da Nigéria, que logrou adquirir um grande realce). De todo modo, é difícil aceitar que, em termos geopolíticos, o quadro africano possa ter representatividade equivalente às dos processos em curso na Ásia Central e das necessidades energéticas no Extremo Oriente, vinculadas particularmente à trajetória da China.

O grau de interdependência mundial atingido em matéria de energia é motivo de apreensão, na perspectiva de conflitos internacionais, sobretudo porque

“muitas fontes importantes de materiais vitais estão localizadas em áreas disputadas ou cronicamente instáveis. Algumas das mais promissoras fontes de

petróleo e gás natural ficam em áreas *offshore* cuja propriedade é uma questão de feroz disputa.” (Klare, 2001, p. 57)

Por conseguinte:

“Divisar formas para resolver pacificamente a crescente competição sobre recursos naturais é algo de extrema urgência, tendo em vista que muitos Estados continuam a ver o controle de certos recursos naturais como uma exigência para a segurança nacional – e algo por que vale a pena lutar.” (op cit., p. 59)

O que se falou parece configurar “chave de leitura” para abordar um ingrediente da conjuntura política que cintila nas manchetes atuais: o *affair* iraniano.

A questão iraniana

Quando se leva em conta o problema energético, nos termos assinalados neste artigo, a presente crise das relações entre o Ocidente e o Irã adquire uma roupagem até certo pouco distinta da que tem sido usualmente explorada pelos veículos de comunicação. Via de regra, as agudas arestas são essencialmente atribuídas à inflexibilidade desse país quanto à manutenção e ao fortalecimento do seu programa nuclear, uma conduta que, aos olhos ocidentais, ganha contornos cada vez mais perigosos à medida que cresce o tom bélico na retórica inflamada do atual chefe de Estado iraniano. Em meio a uma escalada que faz lembrar a maré montante que culminou na invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003, a porção Norte do Golfo Pérsico passou a ser vista como um possível – na visão de alguns, entre eles Klare (2006), como um muito provável – alvo de estridente operação militar em futuro próximo.

Ora, se a ameaça nuclear certamente permeia as avaliações a respeito do Irã, parece claro que sua influência não reina sozinha. Dada a importância adquirida pela problemática energética, no âmbito da qual se tornou nada menos que imperativo assegurar condições adequadas de produção e distribuição de combustíveis não-renováveis, o papel desse país como grande detentor de reservas de petróleo (figura entre, pelo menos, as cinco maiores reservas comprovadas do mundo) e gás (algo como 16% das reservas planetárias totais, a segunda maior entre os países beneficiados com a presença desse recurso), e também como grande produtor e exportador, situa-se, indubitavelmente, no centro dos embates. Seu desempenho tem especial destaque no que concerne ao fornecimento de óleo cru à China, uma posição que poderá rapidamente ostentar paralelo no tocante à Índia e também ao Japão, a julgar pelos progressos nas tratativas. Essa desenvoltura não há de ser estranha à capacidade demonstrada por esse país na montagem de estrutura logística, envolvendo

parceiros no Cáucaso e na bacia do Mar Cáspio, que lubrifica consideravelmente o fluxo do seu óleo rumo ao Golfo Pérsico e ao Golfo de Omã.

“Assim, quando analisa o papel do Irã na equação energética global, a administração Bush tem dois objetivos estratégicos chaves: o desejo de abrir os campos iranianos de petróleo e gás à exploração por empresas americanas e a preocupação em torno dos vínculos crescentes do Irã com os concorrentes dos EUA no mercado energético global. (...) Desde o ponto de vista da administração Bush, só existe uma maneira óbvia e imediata de modificar (...) [o atual] cenário (...) [envolvendo esse país]: induzindo uma ‘mudança de regime’ no Irã e substituindo sua liderança atual por outra que seja muito mais favorável aos interesses estratégicos dos EUA.” (Klare, 2006, p. A18)

Ora, o Irã ocupa uma posição de grande importância estratégica no Golfo Pérsico. Não só pelas condições que possui para representar ameaça, em virtude da proximidade, a países cujos campos de petróleo somam mais de metade das reservas conhecidas, mas também pelo fato de possuir domínio sobre o estreito de Ormuz, corredor de passagem diária para uma imensa quantidade de óleo exportada para o mundo todo – segundo Klare (2006), 40% do total exportado em termos globais. Por conseguinte, se o aspecto nuclear perfila-se no âmago do recrudescimento das tensões entre o Irã e o Ocidente, tal fato há de ser vinculado ao papel desse país na geopolítica do petróleo e do gás, e ao que pode representar, para os interesses principalmente dos Estados Unidos, a disponibilidade de armas com tamanho poder de destruição nas mãos de quem venha a precisar defender a própria soberania em termos de recursos energéticos.

Entretanto, a questão iraniana está longe de esgotar o rosário de sobressaltos associados à importância geopolítica adquirida pelos recursos naturais não-renováveis. A América do Sul tem lugar no correspondente mosaico mundial.

Recursos energéticos e verve nacionalista na América do Sul

O mesmo quadro geral de recrudescimento das tensões em torno da questão energética marca presença na América do Sul dos dias atuais. Nesse subcontinente, talvez mais do que em quaisquer outras regiões, o tema da energia aparece temperado com manifestações de cunho nacionalista em que se brandem princípios de defesa dos interesses nacionais e de manutenção da soberania sobre recursos considerados essenciais ao desenvolvimento socioeconômico. Até o recente anúncio sobre o alcance da auto-suficiência do Brasil em petróleo, em que pese o fato de tal estado de coisas carecer ainda de uma efetiva caracterização, veio embalado em elocução que salientava o significado do feito em termos de segurança energética, algo apontado

como decisivo para a vida nacional. Com efeito, uma certa gramática nacionalista não deixou de adornar os discursos sobre as realizações da Petrobras.

Mas é claro que, no subcontinente, o comportamento de maior visibilidade nessa matéria na atualidade é ostentado pela Bolívia. Numa escalada – na mídia internacional, ao mesmo tempo saudada (Lemoine, 2006) e descrita como sintoma de um vendaval populista na América Latina (Romero; Forero, 2006) – que aturdiu bom número de observadores em diferentes países, o recém empossado governo boliviano decretou a nacionalização das atividades de exploração de petróleo e gás realizadas em seu território (ocupando com tropas as instalações de empresas estrangeiras); impôs um imediato aumento na tributação sobre recursos energéticos; anunciou a elevação do preço do gás exportado; trouxe funcionários da estatal Petroleo de Venezuela S.A. (PDVSA) para vistoriar as operações locais das empresas estrangeiras e apoiar em termos técnicos e logísticos os funcionários da também estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB); ameaçou expropriar unidades de empresas estrangeiras caso os novos termos sobre exploração dos recursos energéticos nacionais não sejam aceitos; acusou a Petrobras de chantagem quando esta divulgou que poderia cortar investimentos no país vizinho; nomeou novos diretores para as unidades das empresas estrangeiras (como a Petrobras Bolívia Refinación S.A.), cujos controles acionários passarão à YPFB; afirmou na 4ª Conferência de Cúpula União Européia–América Latina/Caribe, realizada em Viena, que a Petrobras não respeitava as regras bolivianas e que, portanto, atuava ilegalmente no país (manifestação suavizada logo depois, a partir de uma reação do governo brasileiro); alardeou a intenção de não indenizar as empresas estrangeiras pelos investimentos feitos no país. Tudo isso, é importante assinalar, em país cujas exportações de gás representam cerca de 18% do PIB, $\frac{3}{4}$ da produção sendo dirigidos a um só mercado, o Brasil (Rosa, 2006).

Esse encadeamento surpreendente, com idas e vindas nos decibéis da oratória diplomática, ocorreu no intervalo de meras duas semanas. Todavia tal seqüência de tirar o fôlego, que alguns observadores argumentam ser preciso considerar em relação à necessidade do governo boliviano de garantir um resultado favorável na iminente eleição para a Constituinte desse país – a verve nacionalista acenaria com isso –, não esgota o que se passou no subcontinente nesse exíguo período. Também voltou à baila o projeto de um megagasoduto interligando Venezuela, Brasil e Argentina, com cerca de 6.600 km de extensão na linha-tronco, anunciado no final de 2005 durante a Reunião de Cúpula do Mercosul que selou o ingresso da Venezuela como membro pleno desse bloco. Pelo projeto, que gerou ceticismo e críticas por conta dos desafios ambientais impostos pela Floresta Amazônica e pelo Rio Amazonas, e também devido às incertezas sobre a própria viabilidade do empreendimento, Argentina e Brasil passarão a receber gás da Venezuela. Ao mesmo tempo, houve o lançamento de

um outro projeto de gasoduto, este envolvendo Bolívia, Paraguai e Uruguai, com financiamento a ser assegurado pela Venezuela. Num caso e no outro, marca presença a personalidade expedita, com verbosidade torrencial, da liderança máxima venezuelana no estabelecimento e solidificação de vínculos de natureza geopolítica em escala não só subcontinental, mas em nível de América Latina. O alicerce básico dessa movimentação não é outro senão a imensa renda derivada da posição desse país no quadro mundial de recursos energéticos: maior reserva comprovada de petróleo fora do Oriente Médio; importantes reservas de gás natural; grande desempenho exportador de óleo, inclusive para os Estados Unidos.

Essa condição tem permitido ao presidente da Venezuela um papel de grande visibilidade internacional, com desempenho em que ganha contornos crescentemente fortes uma liderança que diversos observadores não hesitam em admitir como concreta. Emergência de liderança rima quase sempre com disputa entre candidatos a líder, e, dessa forma, não surpreende que a aludida tendência venha produzindo antagonismos. Recentemente, no calor dos acontecimentos implicando a nacionalização do petróleo e gás bolivianos, o assessor especial da presidência do Brasil para assuntos internacionais teceu críticas ao comportamento do chefe de Estado venezuelano. Logo depois, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil assinalou publicamente que certos atos daquele governante criam situações de desconforto, ou constrangimento, ao seu país, uma colocação que foi imediata e asperamente repelida não só pela Venezuela, mas também pela Bolívia. O aspecto conjunto do rechaço não deve passar despercebido. A medida em dueto, vista em conexão com outros acontecimentos, estaria a sugerir a envergadura do “eixo” que toma corpo entre os dois países, um processo que, certamente, não atende só a interesses bolivianos: “embora sozinha a Bolívia tenha peso pequeno no mercado, as parcerias anunciadas por Hugo Chávez e Evo Morales aumentam o cacife da Venezuela, quinto maior fornecedor de óleo cru aos EUA.” (Antunes, 2006, p. B2).

Para além de questões comerciais, essas investidas podem (e devem) ser consideradas, no seu conjunto, em conexão com as aspirações de difusão da assim chamada Revolução Bolivariana, espécie de *pièce de résistance* da gestão Chávez no tocante aos vínculos internacionais da Venezuela na América Latina (Shifter, 2006). O apelo dessa dita revolução, em região do planeta marcada por séculos de desigualdades sociais que, para dizer o mínimo, agridem o senso comum, parece basear-se, antes de mais nada, no seu princípio fundamental de promover a organização social pelas bases. Segundo o sociólogo argentino Ernesto Laclau, em entrevista recente ao jornal Folha de S. Paulo (Marreiro, 2006), o populismo chavista não se mostra de natureza autoritária justamente porque a incrustada mobilização da sociedade não teria como origem a atuação das elites. “Pelo contrário, há um aspecto de auto-organização das massas, nos locais de trabalho.” (Op cit., p. A28). Para o que

mais interessa neste artigo, cabe destacar que o espraiamento dos ditos ideais bolivarianos seria consideravelmente azeitado pela integração energética do subcontinente sul-americano sob a batuta da Venezuela. Os idealizados gasodutos se revestiriam, assim, de irrecusável importância geopolítica.

Considerações finais

Para os Estados Unidos, que terçam armas – literalmente ou não – em latitudes onde a questão energética galvaniza as atenções, a América do Sul dos dias atuais estaria a assumir contornos de frente suplementar de atuação. Pelo menos é o que dão a entender as notícias sobre o quanto a vertiginosa enfiada de medidas adotadas pela Bolívia surpreendeu o governo estadunidense, que parece interpretar o ocorrido como um claro reflexo da projeção do chefe de Estado da Venezuela enquanto liderança de primeira grandeza na região (Dávila, 2006). A ser mantida a cadência dos acontecimentos no subcontinente, e tendo em conta as possibilidades vinculadas aos processos eleitorais mais ou menos próximos em vários países da área, o futuro próximo haverá de reservar lances eletrizantes no que respeita à geopolítica nessa porção do planeta. Será que às contendidas do Golfo Pérsico somar-se-á uma “questão sul-americana”, com rugosidades ou mesmo embates permeados por aspectos de ordem energética? A ver.

Referências

- ANTUNES, C. Disputa por óleo e gás é global. *Folha de S. Paulo*, p. B2, 15 maio 2006.
- DÁVILA, S. Morales “desperta” Casa Branca para a América Latina. *Folha de S. Paulo*, p. A29, 5 maio 2006.
- KANDIYOTI, R. De nouvelles routes pour le pétrole et le gaz. *Le Monde Diplomatique*, p. 8, Mai 2005.
- KLARE, M. T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, 80(3), p. 49-61, 2001.
- . Petróleo, geopolítica e a guerra com o Irã. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 30 abr. 2006.
- LARSON, A. Geopolítica do petróleo e do gás natural. *Perspectivas Econômicas*, maio 2004. Obtido: <www.usinfo.state.gov/journals/ites/0504/ijep/larson.htm> Acesso: maio 2006
- LEMOINE, M. Nationalisations en Amérique latine. *Le Monde Diplomatique*, 18 mai 2006. Obtido: <www.monde-diplomatique.fr/dossiers/bolivie2/> Acesso: maio 2006
- MARREIRO, F. “Populismo não é um conceito pejorativo”. *Folha de S. Paulo*, p. A28, 7 maio 2006.
- ROMERO, S.; FORERO, J. Bolivia’s energy takeover: populism rules in the Andes. *The New York Times*, May 3, 2006. Obtido: <www.nytimes.com/2006/05/03/world/americas/03bolivia.html> Acesso: maio 2006
- ROSA, L. P. Os dois lados da questão da Bolívia. *Folha de S. Paulo*, p. A3, 5 maio 2006.
- SHIFTER, M. Em busca de Chávez. *Folha de S. Paulo*, p. A31, 7 maio 2006.
- STATISTICAL Review of World Energy/British Petroleum. London, 2005.